



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

PAPEL DE TRABALHO
Análise de Contrato de Locação de Imóveis

ÓRGÃO	:		
TIPOS DE AVALIAÇÃO	: Processo n.º		
HISTÓRICO	:		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	:	ELEMENTO DE DESPESA	:
FONTE	:	VALOR	:
CREDOR	:		
LINHA DE PROCEDIMENTO	: Analisar e avaliar o regime de execução das despesas, para comprovar a legalidade e a legitimidade dos pagamentos.		

QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO: **Contrato de Locação de Imóveis**

N.º	PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	OBSERVAÇÕES
01	O processo foi devidamente autuado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão e visto do responsável?	Art. 38, caput, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
02	Consta documento demonstrando a necessidade da locação e as especificações do imóvel?	Art. 7º § 2º, Lei n.º 8.666/93	()	()	
03	Consta Anexo de Solicitação de compras/serviços, assinados pelo Ordenador de despesa e demais autoridades competentes??	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
04	Os recursos orçamentários previstos no Anexo de Solicitação de compras/serviços estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação?	Art. 14, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
05	Consta ND de bloqueio de saldo orçamentário suficiente para a realização da despesa?	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
06	Consta declaração orçamentária, quando se tratar de recursos relativos ao exercício seguinte?	Decreto de Execução Orçamentária vigente			
07	Consta proposta de locação do imóvel?	Art. 7º c/c art. 38, inc. IV, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
08	Constam pelo menos três avaliações	Art. 24, inc. X, Lei nº	()	()	



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

	prévias, emitidas por entidade competente no ramo imobiliário?	8.666/93 e alterações			
09	As avaliações foram feitas por profissionais devidamente credenciados?	Resolução COFECI n.º 1.066/2007 c/c o Ato Normativo COFECI 01/2008	()	()	
10	Consta documento justificando o preço e apontando as vantagens quanto à localização do imóvel?	Art. 5º c/c art. 24, X, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
11	Consta documento que comprove a propriedade do imóvel (Escritura, habite-se e averbação)?	Art. 1.228, Código Civil	()	()	
12	O locador signatário no contrato é o verdadeiro proprietário do bem?	Art. 1.228, Código Civil	()	()	
13	Consta documento que comprove a legitimidade do representante, quando for o caso?	Art. 653, Código Civil	()	()	
14	Consta documentação relativa à habilitação jurídica?	Art. 28 c/c art. 32, Lei nº 8.666/93	()	()	
15	Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista?	Art. 29 c/c art. 32, Lei nº 8.666/93 e alterações.	()	()	
16	Consta a minuta do termo de contrato?	Art. 38, inc. X, c/c art. 55, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
17	Consta Parecer da Procuradoria Geral, fundamentando os motivos excepcionais para a dispensa da licitação?	Art. 38, inc VI e parágrafo único, Lei nº 8.666/93 c/c Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
18	Consta ato de dispensa, expedido pela autoridade competente?	Art. 24, inc. X, Lei nº 8.666/93 c/c Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
19	Consta publicação do ato de dispensa na imprensa oficial?	Art. 26, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
20	Consta o instrumento de contrato, devidamente assinado?	Art. 62, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()	
21	Consta termo de vistoria do imóvel?	Art. 22, Lei 8.245/91 e alterações	()	()	
22	Consta designação do fiscal do contrato?	Art. 67, da 8.666/93	()	()	
23	Consta encaminhamento por cópia do contrato ao TCE, quando for o caso?	Art. 12, IN 004/02 TCE	()	()	
24	Consta N.E. devidamente assinada pelo gestor (ordenador de despesas) e pelo	Decreto de Execução Orçamentária	()	()	



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

	setor financeiro e com a liberação do núcleo de controle interno?				
25	Na liquidação da despesa consta documento que comprove a prestação efetiva dos serviços?	Art. 63, § 2º, inc. III, da Lei nº 4.320/64	()	()	
26	Consta documento do fiscal do contratado atestando a prestação do serviço?	Art. 60 e 63 § 2º, inc. III, da Lei 4.320/64	()	()	
27	Quando for o caso de pessoa jurídica, a nota fiscal emitida pela imobiliária discrimina o valor do aluguel e o valor da corretagem separadamente?	Verificar o correto preenchimento da NF	()	()	
28	Foi utilizado o evento correto na nota de liquidação?	SIAFEM e MTO	()	()	
29	Foi utilizado o evento correto na PD?	SIAFEM e MTO	()	()	
30	Foi feita retenção do IR pessoa física, quando cabível?	RIR/99	()	()	
31	Foi feita retenção do ISS e do IR da corretagem, no caso de pessoa jurídica?	RIR/99 e LC 116/2003	()	()	
32	Consta na(s) P.D.(s) a liberação do núcleo de controle interno?	Decreto de Execução Orçamentária	()	()	
33	Consta autorização de pagamento do valor liquidado, devidamente assinado pelos agentes competentes?	Decreto de Execução Orçamentária	()	()	
34	Consta termo de entrega do imóvel quando do encerramento do contrato?	Lei nº 8.242/91	()	()	
35	Foi obedecida a ordem cronológica dos documentos, a quantidade máxima de 200 folhas por volume e a emissão dos termos de abertura e encerramentos de volumes, quando for o caso?	Decreto de execução orçamentária vigente			

Retenção ISS – quando há imobiliária intermediando e o proprietário é pessoa física ou jurídica – sobre o valor da corretagem;

Retenção IR – pessoa física – somente se não houver imobiliária;

Retenção IR – pessoa jurídica – não há retenção na fonte.

OBSERVAÇÕES/OCORRÊNCIAS:
